

INFORMAÇÃO E DIPLOMACIA NA ARMADA DE CEUTA: OS RELATÓRIOS DO ESPIÃO ARAGONÊS RUY DIAZ DE VEGA

Gustavo Magave Dias¹

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar a relação entre diplomacia e informação, valendo-se do caso da armada preparada por Portugal para atacar a cidade de Ceuta. A história da diplomacia sofre uma renovação desde o final do século XX. Essa renovação também pode ser vista na historiografia da diplomacia medieval portuguesa, por alguns tendo como marco a década de 1980. Partindo dessa renovação historiográfica, um dos fins da diplomacia no medievo era a coleta de informação. No entanto, como se dava essa busca por informação e, ela sempre significou vantagem para quem a conseguiu de forma “privilegiada”? Neste sentido, analisaremos a Crônica da Tomada de Ceuta, articulando esta com os relatórios do espião Ruy Diaz de Vega, publicados na Monumenta Henricina.

Palavras-chave: Idade Média. Diplomacia. Informação. Espionagem.

Recebido em 02 de março de 2017 e aprovado para publicação em 14 de abril de 2018

¹ Graduando em História pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

Introdução

Nas últimas décadas, os estudos acerca da diplomacia medieval têm experimentado uma renovação historiográfica. Não é o objetivo desse artigo se deter a esse debate, porém cabe aqui uma pequena discussão a respeito da história diplomática tradicional a fim de elucidar alguns pontos, clareando assim como a nova história da diplomacia adquiriu outra abordagem e em que consiste essa renovação.

Durante o século XIX e até meados do século XX, a história diplomática expressava os fundamentos de uma história metódica. De acordo com Maria João Branco e Mario Farelo² (2011, p.248), a história diplomática seguia um modelo positivista e teve dificuldades de se dissociar dessa matriz. Deste modo, preocupava-se com a utilização de documentos oficiais e resistia a utilização de outro corpus documental, pois os considerava mais seguros. Era influenciada pela rigidez científica do período e caracterizava-se como uma história do Estado, tinha como um dos objetivos compor uma história nacional, exaltar heróis nacionais, visando os grandes nomes, características que se enquadravam na História Política vigente.

Contudo, a história diplomática sofreu diversas críticas na primeira metade do século XX, em razão, por exemplo, da renovação historiográfica proposta pelos Annales. Além disso, outro acontecimento importante nesse quadro foi o rompimento da história diplomática com as Relações Internacionais, esta se afirmando como uma área própria e se debruçando sobre assuntos contemporâneos, principalmente ligados aos conflitos e guerras³ (Cf.: Lima, 2015, p.27). Sendo assim, em meados do XX a história diplomática passa a ser vista como factual e relegada a um plano mais secundário e, em decorrência disso, o número de pesquisadores dedicados a temática e ao campo do político recua significativamente.

Saindo de um plano mais amplo para avançar no caso da história diplomática portuguesa, conforme Branco e Farelo⁴, a metade da década de 1980 pode ser considerada como um novo período historiográfico, e uma das razões seria o aprofundamento e a sistematização do conhecimento concernente às relações externas e diplomáticas do medievo português, embora parte desses estudos se dedicassem ao século XV e para uma área geográfica restrita. Como afirma Lima: “Em linhas gerais, ele

2 BRANCO, Maria João & FARELO, Mario. Diplomatic Relations: Portugal and the Others. In: *The Historiography of Medieval Portugal, c.1950-2010*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011, p. 231-257.

3 LIMA, Douglas Mota Xavier de. A diplomacia portuguesa no reinado de D. Afonso V (1448 – 1481). 2016. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2016.

4 BRANCO & FARELO, op. cit. p. 251

resulta da conjunção de diversos fatores, em especial, o revigoramento da História Política, com bases renovadas e pautadas no diálogo com diferentes ramos das Ciências Sociais, desde a Antropologia à Ciência Política⁵". O autor explica ainda como essa nova história da diplomacia medieval assume outra face, incorporando temas como rituais, gestualidade, mas sem deixar de explorar temas ditos tradicionais, como o pessoal envolvido nas missões diplomáticas ou mesmo as instituições que assessoravam os monarcas. Destarte, novas perspectivas de pesquisa são levadas em consideração, abrindo espaço para a discussão de novos problemas que antes eram ignorados ou pouco explorados.

Finalizando este panorama, cabe esclarecer que esse estudo se insere no campo da nova história diplomacia medieval, que além do político busca se relacionar com assuntos socioculturais, como por exemplo, a importância dos casamentos e festas para a promoção do reino, a questão da representatividade desempenhada pelos embaixadores, e como dito acima, a gestualidade etc. Além disso, a pesquisa busca fundamentação na nova história política, campo que se configurou a partir, principalmente, dos anos 1970, e é marcado atualmente pelo recurso a fontes de natureza distintas. Entende-se que tal movimento de renovação permitiu a ampliação do corpus documental para as pesquisas sobre a diplomacia medieval, que passaram a agregar, por exemplo, fontes, como diários de viagem.

Dito isso, cabe delimitar a temática específica deste artigo, a relação entre informação e diplomacia. Entre diversos elementos, concordamos com Isabella Lazzarini⁶ quando ela afirma que a diplomacia envolveu coleta de informação, e que esta, por sua vez, estaria relacionada com o controle de informação. A autora ainda afirma que principalmente em meados do século XIV e durante grande parte do século XV, o controle de informação teria sido crucial para pequenos e grandes atores políticos e, conseqüentemente, exercer esse controle também significaria se manter informado de tudo o que se passava.

Partindo desses apontamentos, veremos que D. Fernando de Aragão enviou um de seus espões, Ruy Diaz de Vega, para se informar de tudo o que acontecia em Portugal durante a preparação da armada de Ceuta. No entanto, até que ponto as informações sobre a armada repassadas a ele teriam efetivamente proporcionado uma situação privilegiada ao rei aragonês? Como um reino se posiciona frente as diversas

5 LIMA, op. cit. p.33.

6 LAZZARINI, Isabella. *Communication and conflict: Italian diplomacy in the early renaissance, 1350-1520*. New York: Oxford University Press, 2015, p. 70.

informações sobre um único evento? Todos esses questionamentos emergem quando discutimos o tema.

Destarte, buscaremos analisar essa relação de informação e diplomacia na armada de Ceuta tendo como base o caso do espião aragonês Ruy Diaz de Vega e das embaixadas enviadas durante a preparação da frota, procurando entender a dinâmica diplomática dessa empresa. Ressaltamos que esta é palco de casos de espionagem e dissimulação, além de toda a trama se passar num ambiente de segredo e de rumores, que circulam por toda a cidade e que, por vezes, alcançam outros reinos, elementos que associam informação e diplomacia. A documentação a ser analisada consiste em capítulos da *Crônica da Tomada de Ceuta* (CTC), escrita por Gomes Eanes de Zurara, e dos relatórios do espião aragonês.

Informação e diplomacia

Informação e diplomacia, dois termos que durante o baixo medievo estavam intimamente ligados um ao outro. Apesar da palavra diplomacia não ser utilizada durante esse período, não podemos negar a existência desta, muito pelo contrário, podemos afirmar que ela existiu ainda que com características próprias. Não obstante, deixaremos a explicação dessa afirmação para mais adiante e no momento teceremos algumas explicações a respeito desses dois termos.

Lazzarini ao tratar sobre “informação” propõe um esclarecimento do termo: "*News, rumours, and speculations (nouvelle, avisi, voci, rumori) - that is, the whole spectrum of what we can generally define as 'information' - were more and more the currency of diplomacy*"⁷. Podemos verificar dois aspectos importantes nessa afirmação. O primeiro, é a própria ideia que se tem de informação. Consoante a autora, podemos dizer que *novas, rumores e especulações* são o que geralmente definimos como tal. É relevante ainda dizer que o termo não se restringe somente às informações oficiais. Além dessa definição, também temos outro detalhe importante nesse trecho. Em uma tradução literal, segundo a autora, a informação no final da idade média foi cada vez mais a "moeda" da diplomacia, ou aquilo que a movimentava. Ainda de acordo com Lazzarini⁸ negociação, coleta de informações e representação foram os três fins principais da diplomacia na baixa idade média.

7 LAZZARINI., loc. cit.

8 LAZZARINI., Ibidem, p. 6.

Por fim, cabe elucidar como vemos essa diplomacia medieval. Para Lima⁹, a diplomacia se apresenta claramente como uma relação entre poderes, o que implica ultrapassar a noção de veras contemporânea de que a diplomacia se resumia a uma relação entre Estados. A diplomacia medieval, marcada por embaixadores *ad hoc*, pela indefinição de um ofício de embaixador e por múltiplos emissores de missões diplomáticas, também se caracteriza pela centralidade das relações de consanguinidade entre as famílias reais, o que resulta na importância dos laços de parentesco e das redes de solidariedade de linhagem. Assim, finalizada as devidas explicações com relação aos dois termos iniciaremos o estudo do caso.

Embaixadas oficiais e embaixadas oficiosas na armada de Ceuta

Segundo Miguel Ángel Ochoa Brun¹⁰, as embaixadas no medievo eram itinerantes e esporádicas, tinham uma missão a cumprir e logo que terminada se desfaziam. É importante ressaltar que diante de tais afirmações fica óbvio dizer que não existiam embaixadas permanentes na Idade Média e muito menos um ofício de embaixador tal como temos na atualidade. O embaixador era essa pessoa que recebia uma missão, tinha o papel de cumpri-la e regressar com uma resposta. O autor ainda afirma que os embaixadores podem ser considerados viajantes, pois eles exercem essa função de ir para o estrangeiro a fim de realizar a ordem de seu senhor.

Sendo assim, as embaixadas enviadas durante a campanha de Ceuta nos permitem visualizar essas características que Ochoa Brun menciona, além de mostrarem um pouco da dinâmica diplomática na empresa. Algumas das embaixadas que foram registradas por Gomes Eanes de Zurara, na CTC, foram as de D. João I de Portugal, a de D. Fernando de Aragão, a do reino de Castela e a do reino de Granada. Porém, é interessante dizer que algumas dessas embaixadas, sobretudo aquelas enviadas pelo rei de Portugal, tinham o seu real objetivo ocultado a fim de satisfazer aos desejos deste rei. A essas embaixadas nos referimos como oficiosas pelo fato de partirem de um poder oficial, mas que não oficializam os seus reais objetivos.

Desde o início da preparação dessa armada Zurara descreve como D. João tinha apreço ao sigilo e ao segredo. Um exemplo disso é quando o rei chama alguns de seu

9 LIMA, op. cit. p. 206.

10 OCHOA BRUN, Miguel Ángel. *Historia de la diplomacia Española*. Madrid: Biblioteca Diplomática Española, 1993, v.3, p. 306.

conselho, os seus confessores e o infante D. Duarte, a fim de discutir a possibilidade do ataque a cidade de Ceuta:

E el-Rei mandou logo chamar o mestre Fr. João Xira e o Dr. Fr. Vasco Pereira que eram os seus confessores e o infante Duarte, e assim outros alguns principais letrados, que se naquela cidade puderam achar. E também fez chamar alguns principais de seu conselho, ainda que poucos fossem, e sob grande segredo¹¹.

Percebemos que D. João não compartilhou com todo o seu conselho suas preocupações a respeito do ataque àquela cidade, porém apresentou a questão somente a um pequeno círculo de pessoas. Além disso, mesmo ao longo da preparação da armada ainda é visível essa preocupação com uma política de segredo.

Dois casos bem expressivos disso são as embaixadas enviadas a Sicília e aquela enviada a Holanda. No início da construção da campanha de Ceuta, D. João propõe o que ele próprio caracteriza como uma dissimulação: "por que eles vão para qual coisa tenho vontade de fingir uma formosa dissimulação"¹². D. João falava sobre a embaixada que seria enviada a rainha da Sicília que estava viúva, por essa razão, oficialmente, a embaixada negociaria o casamento do Infante D. Pedro com ela.

Não obstante, o real objetivo da embaixada não era esse. A dissimulação preparada pelo rei tinha o objetivo de espionar a cidade de Ceuta. Segundo D. João I, era necessário primeiro conhecer a cidade para então preparar a armada. Por esse motivo, dois dos embaixadores escolhidos para essa missão foram o seu Prior do Hospital e o Capitão do mar, que para o monarca eram adequados para a tarefa e deveriam tirar todas as medidas e informações sobre a cidade de forma discreta, sem que qualquer pessoa percebesse. Dessa forma, fica evidente uma preocupação com o sigilo e o segredo, e para isso nada melhor do que ocultar as reais intenções de uma embaixada a fim de se conseguir a informação de que se necessitava.

Além dessa missão, outra que desperta grande curiosidade é a que foi enviada a Holanda. O rei de Portugal, com o objetivo de desviar as atenções sobre o verdadeiro destino da armada resolve fazer outra dissimulação, porém dessa vez direcionada ao duque da Holanda. Zurara diz que a embaixada teria o objetivo de desafiar o duque, visto que as mercadorias de naturais e súditos de Portugal estavam sendo roubadas por moradores do ducado da Holanda.

11 ZURARA, Gomes Eanes de. Crônica da Tomada de Ceuta, Cap. X, p. 61.

12 ZURARA. Ibidem. Cap. XV, p. 79

Senhor, disse ele, o muito alto e muito excelente príncipe, el-Rei Dom João de Portugal, meu senhor, vos envia dizer, por virtude da carta de crença à vossa mercê apresentada, que a ele são, por muitas vezes, feitas grandes querelas e queixumes, por seus subditos e naturais, de muitos roubos e danos, que lhe os moradores de vosso senhorio hão feito e fazem cada um dia, não querendo deixar passar livremente a mercadorias dos ditos seus naturais por os mares e portos de vosso senhorio¹³.

O cronista ainda relata que caso o duque da Holanda não resolvesse o problema da forma que deveria, o rei de Portugal travaria uma guerra contra ele. “De outra guisa que ele há por desafiada vossa pessoa e todas vossas terras e senhorio para fazer em elas guerra por mar e terra”¹⁴. Contudo, a prudência de D. João e a sua aparente capacidade de tramar dissimulações teriam levado o rei a enviar essa embaixada. Tal como na missão enviada a Sicília, o verdadeiro objetivo foi ocultado. Atraindo todas as atenções para a possibilidade de Portugal iniciar uma guerra contra o ducado da Holanda, a embaixada desviava as atenções de quem quer que fosse sobre o destino da armada que estava sendo preparada. Cabe a ressalva de que neste caso D. João contou com o apoio do duque da Holanda para que houvesse êxito na dissimulação. A pedido do monarca lusitano, Fernão Fogaça, um dos embaixadores escolhidos para essa missão, em segredo conversou com o duque da Holanda e explicou sobre o ataque que Portugal faria aos ditos “inimigos da fé”, diante disso este resolveu corroborar com a farsa.

Perante o seu conselho o duque ouviu o que Fernão Fogaça tinha a dizer sobre os roubos feitos aos naturais de Portugal por moradores daquele ducado e sobre a possível guerra que seria feita caso não fosse resolvido o problema. Ao terminar, o embaixador se retirou e o duque, em uma atitude de dissimulação, mostrou-se preparado para uma eventual guerra contra Portugal. Mas, conforme a crônica, tudo não passava de uma aliança entre o rei D. João I e o duque da Holanda. Fato é que tal embaixada gerou diversos rumores, aumentando assim o número de destinos possíveis para o ataque da frota lusitana.

Como sugerimos, além das embaixadas oficiosas enviadas por Portugal, existiram embaixadas enviadas com o objetivo de confirmar a paz entre os reinos. Em grande parte, isso foi causado pelos boatos que corriam sobre o destino da frota, preparada pelo reino português. Um desses exemplos é a embaixada enviada pelo reino de Castela, que mandou seus embaixadores para reforçarem o tratado de paz firmado entre os dois reinos em 1411. Além desta missão, outra enviada a Portugal foi a de Granada. Para o

13 ZURARA, *ibidem*. Cap. XXVIII, p. 112.

14 ZURARA, *ibidem*. Cap. XXVIII, p. 113.

rei muçulmano a situação seria mais difícil do que para Castela, visto que nunca havia sido assegurado que a frota não era direcionada a ele. Os relatos feitos pelo cronista mostram que os embaixadores de Granada tentaram diversas vezes conseguir a informação do destino da armada. Primeiramente, se apresentaram ao rei e não conseguiram uma resposta satisfatória; depois, foram até a rainha D. Filipa e assim como com o rei não tiveram boa resposta; por fim, buscaram a resposta que queriam com o Infante Duarte que acabou não revelando nada.

Por último temos o relato da embaixada enviada por D. Fernando de Aragão, apesar de Zurara descrevê-la antes da missão enviada por Granada resolvemos discuti-la ao final deste tópico. É inexorável o fato de que os boatos que corriam sobre a frota que estava sendo empreendida por Portugal deixou vários reinos temerosos quanto a possibilidade de um ataque. Dentre eles, D. Fernando foi um dos mais preocupados quanto a um eventual ataque ao reino de Aragão ou da Sicília. Zurara não identifica a data em que a embaixada de Aragão foi enviada, nem mesmo os embaixadores que a compunham. No entanto, essa embaixada teria acontecido no final do ano de 1414 e os embaixadores seriam o cavaleiro Suero de Nava e o jurista Dalmont de Sant Dionis¹⁵. De acordo com os relatos da *Crónica da Tomada de Ceuta*, D. Fernando queria certificar-se que a armada que vinha sendo preparada por D. João I não teria como objetivo nada do que fosse da posse dele. Em resposta, o rei de Portugal diz que não é contra ele a frota que estava sendo preparada e afirma que ajudaria ao rei de Aragão em qualquer conquista que ele viesse precisar.

Vós direis, disse ele (D. João I), a el-Rei Dom Fernando meu amigo, depois que lhe derdes minhas saudações, que ele saiba, certamente, que meu ajuntamento não é contra ele, nem contra cousa que a ele pertença. Cá saiba ele que com melhor vontade o ajudaria a ganhar outro reino¹⁶.

É interessante notar a forma como D. João I trata o rei de Aragão, sempre que se dirige a ele utiliza a expressão *meu amigo* como vemos acima. Além da resposta do monarca português dada a embaixada aragonesa, encontramos uma carta de D. Filipa de Lancaster, esposa do rei D. João I, datada em 9 de janeiro de 1415, na qual diz que viu a carta de crença enviada por D. Fernando através de seus embaixadores e em resposta reforça que o seu marido não tem a intenção de atacar nada que for dele.

15 Na monumenta Henricina encontram-se publicadas três cartas de credência concernentes a esta embaixada, nelas podemos identificar os embaixadores que compunham a missão e a sua data aproximada. Cf. *MONUMENTA HENRICINA*. Ed. António Joaquim Dias Dinis. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, 1960-1974, Vol. I, doc. 42-44, p. 108-111.

16 ZURARA, op. cit. Cap. XXXIII, p. 130.

E porém, muy amado e preçado sobrinho, vos faço çerto e seguro que uos creaaes que el nem nehua cousa sua nunca foy nem em he preposito de enpecer cousa que uossa fosse, por ha grã dividido que conuosco há e por a grande bõa vontade que uos senpre teve e tem, por a qual rrazom, non deuedes creer a ñehuu que uos o contrairo diser¹⁷

Destacamos que no início da carta D. Filipa trata o rei de Aragão como *muy amado e sobrynho amigo* e nesse trecho que separamos, ela reforça o tratamento repetindo os termos. D. João já o havia chamado de *amigo*, no entanto a rainha vai além. De fato, D. Fernando era sobrinho de D. Filipa e de D. João I e por algumas vezes esses laços de parentesco surgem nas cartas enviadas tanto pelo rei de Aragão quanto pela rainha, como podemos ver. Esses laços de parentesco foram constantemente evocados, possivelmente como uma forma de lembrar uma relação diplomática amigável entre os reinos.

Finalizando este tópico, trazemos a última frase do trecho da carta de D. Filipa citado acima. A rainha diz para o rei não acreditar em nada contrário ao que ela afirma, no entanto, D. Fernando, aparentemente, não confiava plenamente no que tanto o rei de Portugal quanto a rainha asseguravam a ele. Zurara diz que o aragonês recebia informações dos seus aliados e que muitos deles afirmavam o que não sabiam em uma tentativa de agradá-lo, provavelmente boatos que ouviam e levavam ao rei.

Não é de todo inegável o que o cronista afirma, só na *Monumenta Henricina* (MH) existem três cartas enviadas a D. Fernando tratando da armada, uma delas foi endereçada ao rei antes da carta de D. Filipa, ao que tudo indica esta seria de Juan Otger e dataria de 2 de janeiro de 1415; outra carta seria do embaixador Martinho de Torres do dia 12 de fevereiro de 1415, após a carta da rainha portuguesa, e nesta se diz que o destino da frota de Portugal é a Sicília, reino no qual D. Fernando também era rei; e uma última carta que temos conhecimento, também com informações sobre a frota portuguesa, seria de 22 de fevereiro e escrita por Guilherme de Mir.

Ressaltamos que após todas essas cartas D. Fernando envia uma correspondência ao rei D. João I agradecendo a resposta do rei enviada pelos seus embaixadores de que o objetivo da armada que estava sendo preparada não era direcionada a nada que fosse dele. Porém, o que nos leva a dizer que o rei de Aragão alimentava dúvidas sobre isso é o fato de que 12 dias depois dessa carta ser enviada ao rei de Portugal, D. Fernando

17 *MONUMENTA HENRICINA*. Ed. António Joaquim Dias Dinis. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, 1960-1974, Vol. I, doc. 49, p. 122.

envia um de seus espões para se informar e detalhar tudo o que acontecia em Portugal e inclusive quais os possíveis destinos da empresa. Com isso iniciamos o próximo tópico.

Diplomacia e informação: os relatórios de Ruy Diaz de Vega

Com base no apresentado até o momento constata-se a relação existente entre diplomacia e informação. Ao analisar os relatos das embaixadas enviadas em razão da armada de Ceuta observa-se que muitas objetivavam conseguir uma informação oficial. Esse foi o caso da missão enviada por Granada, que tentou diversas vezes saber qual o destino da frota portuguesa e da comitiva enviada por Aragão e Castela, que buscavam a mesma informação, a fim de se certificarem de que a armada não era destinada contra nada do que fosse dos reinos. Além disso, lembra-se que o termo “informação” não engloba somente informação oficial, mas também rumores e especulações. A empresa de Ceuta foi repleta de rumores sobre os possíveis destinos, como os criados pelas embaixadas a Holanda e a Sicília, os quais influenciaram, por exemplo, os empenhos diplomáticos de Aragão, como é possível constatar pela carta enviada pelo embaixador Martinho Afonso, dizendo ao rei aragonês que o destino da armada era o reino italiano. Outrossim, segundo Lazzarini¹⁸, como consequência de um crescimento da necessidade de obter informações, o papel do embaixador focou-se na coleta de toda e qualquer informação. Com base nisso, trazemos o exemplo do espão aragonês Ruy Diaz.

O tópico anterior falava que D. Fernando enviou um de seus espões para Portugal a fim de que este lhe deixasse informado dos detalhes sobre a armada que vinha sendo preparada. De acordo com uma carta enviada pelo rei de Aragão, datada de 3 de abril de 1415, Ruy Diaz deveria informá-lo dos detalhes militares da armada e de todas as outras circunstâncias sobre esta. Constata-se que meios “não oficiais” foram utilizados durante esse evento a fim de se conseguir informação, e a espionagem foi um deles. Ao contrário do que pode se pensar a primeira vista, esta prática não foi exclusiva da Tomada de Ceuta e outros casos de espionagem ocorreram durante o medievo. Além disso, Sanchez nos diz que práticas de espionagem são referenciadas desde a antiguidade.

18 LAZZARINI, op. cit. p. 76.

Es casi un lugar común comenzar un trabajo de este tipo aludiendo a la antigüedad de las referencias existentes sobre el espionaje: la Biblia, textos griegos, como la *Ilíada*, la *Odisea*, la *Anábasis*..., a su práctica por diversas culturas: orientales, nórdicas..., a su continuidad en el tiempo: Edad Antigua, Edad Media, Edad Moderna, Edad Contemporánea¹⁹

Contudo, Sanchez propõe que o recurso da espionagem no Ocidente europeu foi mais frequente nos dois últimos séculos do medievo. Diante disso, reiteramos o que havíamos dito anteriormente, casos de espionagem na são exclusivos da empresa de Ceuta. No entanto, o exemplo de Ruy Diaz é expressivo quanto a relação de diplomacia e informação. Ao receber a carta de D. Fernando ele teria partido para Portugal em busca de cumprir sua missão. O espião aragonês ao enviar o relatório para o rei de Aragão acusa ter começado a se informar sobre a frota desde o primeiro momento em Portugal. Ruy Diaz passou por Santarém, aos dezessete dias do mês de abril chegou em Sacavem onde finalmente se encontraria com o rei.

Vale destacar algo muito curioso no caso de Ruy Diaz, oficialmente ele estava ali como um embaixador do rei de Aragão. Nesse caso, ressaltamos que ele próprio se auto intitula como *mensageiro*, o que, de acordo com Lima²⁰, não cria uma delimitação precisa, pois muitos "*embaixadores*" aparecem atuando apenas como *mensageiros*, isto é, não aparecem portando missivas para negociar em nome do rei (2016, p.45). Reforçamos que na ocasião em que encontra D. João I em Sacavem ele entrega uma carta enviada por D. Fernadno. Contudo, sua missão em Portugal não acaba, o rei de Portugal pede que ele fique na pousada por alguns dias até que seja chamado para conversar com ele.

Ruy Diaz relata que quando D. João o chamou para conversar na sua câmara foi alvo de algumas perguntas por parte do rei. Para Sanchez, Ruy Diaz teria sido alvo de uma "contraespionagem" ou pelo menos de certa prevenção por parte do rei português.

Por otro lado, también se dieron casos de espías que puede decirse que fueron espíados, como Çaide Alamín y Ruy Díaz de Vega, lo que demostraría la existencia, al menos aparente, quizá rudimentaria de un servicio de contraespionaje o, cuando menos, de cierta prevención²¹.

Concordamos com o autor de que poderia haver certa desconfiança por parte do monarca em relação ao espião aragonês, visto que desde o início de nossa exposição

19 SANCHEZ, Santiago. El espionaje en los reinos de la Península Ibérica a comienzos del siglo xv. *En la España medieval*, Madrid, v.38, p. 135-194, 2015, p.136.

20 LIMA, op. cit. p. 45.

21 SANCHEZ, op. cit. p.178.

temos demonstrado a preocupação e a precaução de D. João a respeito da armada. Além disso, Portugal já havia reiterado algumas vezes que não tinha como objetivo atacar nada que fosse de D. Fernando. Porém, afirmar que possa ter acontecido um caso de contraespionagem nos parece ser um pouco exagerado, contudo o encontro do rei com o espião aragonês é no mínimo curioso, tendo em vista que aparentemente Ruy Diaz estaria ali oficialmente para entregar uma carta ao rei e não para negociar. Considerando o que Ruy Diaz escreve para D. Fernando em seu relatório, o conteúdo da conversa entre os dois nos permite afirmar que não houve nenhum tipo de negociação. A conversa tratava sobre o casamento do filho de D. Fernando e sobre o reino da Sicília. Uma das perguntas que D. João faz é sobre quem é o rei daquela região, e Ruy Diaz afirma veementemente que o rei de Aragão também é o rei da Sicília. Lembra-se que um dos rumores que corriam a respeito do destino da frota portuguesa era aquele reino. Sendo assim, parece ser possível afirmar uma certa desconfiança ou, pelo menos, prevenção do rei concernente a estadia do aragonês.

Ressaltamos que ao terminar a conversa, a missão de Ruy Diaz estaria oficialmente finalizada, porém a principal motivação dele não era entregar a carta, mas manter o seu senhor informado sobre a armada portuguesa. Por essa razão, diante dos infantes filhos de D. João que haviam chegado a câmara do rei, o espião cria uma história a fim de permanecer naquele reino e continuar coletando informações sobre a armada. Segundo Ruy Diaz, ele teria dito ao rei que a sua senhora, a rainha, deu-lhe também uma carta para entregar ao monarca, mas a correspondência teria caído na água quando chegou em Santarém. Por isso, pedia autorização para ficar naquela tão boa cidade até que a outra carta que ele pediu que fosse reescrita e chegasse para ser devidamente entregue. Além disso, Ruy Diaz afirma que também disse outras coisas ao rei para que continuasse ali, contudo não as menciona no relatório. Dessa forma, D. João permitiu que ele ficasse ali até a outra carta chegar.

O relatório de Ruy Diaz é muito bem detalhado, diversas informações são escritas por ele e enviadas ao rei D. Fernando. Chama a atenção essa riqueza de informações que o espião escreve em seu relatório. Desde a localização exata dos infantes, rei e rainha e até mesmo o que eles faziam. Segundo Viana Pinto²², o espião é aquele que recolhe informações que podem ser vitais para determinado reino, nesse caso, Ruy Diaz estava em Portugal para coletar informações sobre tudo o que se passava, e dentre as

22 VIANA PINTO, Vitor Manuel da Silva. *De olhar atento e ouvidos à escuta*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra. 2015, p.7.

informações que poderiam ser vitais para D. Fernando, uma delas era o destino da frota portuguesa.

Sanchez²³ afirma que existem dois tipos de informações, uma delas é a de caráter estratégico e a outra são as informações táticas. A primeira também estaria relacionada a esse cunho militar das informações, o que leva o autor a classificar o caso de espionagem de Ruy Diaz com o objetivo de recolher informações deste tipo.

Fica claro que o objetivo da espionagem é conseguir informação, seja ela de qual tipo for. Outrossim, já dissemos que cada vez mais a informação foi a “moeda” da diplomacia, e para isso utilizamos os exemplos das embaixadas enviadas durante a construção da armada de Ceuta. No caso de Ruy Diaz, a espionagem foi a prática pela qual o embaixador conseguiu as informações que ele precisava e nesse quadro, além de Ruy Diaz ser um embaixador ele também é um espião, podendo assim utilizarmos o termo “embaixador-espião” para nos referir ao papel desempenhado por ele.

Falávamos anteriormente da riqueza de detalhes descritos pelo espião aragonês e, de fato, isso levanta alguns questionamentos. O primeiro deles é a precisão nas informações e a certeza que o próprio Ruy Diaz afirma ter em alguns momentos de sua carta-relatório. Ao detalhar as tropas que seriam levadas por Portugal ele diz o seguinte: *"Et estos çiertos, que non a outra dubda, porque lo se yo çierto por los lybros"*²⁴. Nota-se que ele afirma ter a certeza da informação que passa pelo fato de ter visto os livros. Mas que livros seriam esses? Mais uma vez ao falar sobre os navios da armada que pertenciam ao reino e que eram estrangeiros ele mostra a mesma certeza do que relata.

Agora, señor, plega a saber a la vuestra muy alta senoria que la armada deste reyno Et de fera del que esta toda aqui va escrita Et declarada ante la vuestra merced. Et non mas nin menos. Aqui non ponta dubda la vuestra merced, porquanto es çierto²⁵.

Ao finalizar toda essa descrição sobre as tropas tanto do reino quanto estrangeiras, ele afirma o seguinte:

Et, señor, plega a la vuestra alta senoria de saber que esta são las nãos e barchas et galeas Et galeotas que estan falta agora en toda su rregno nyn mas

23 SANCHEZ, op. cit. p. 177.

24 MONUMENTA HENRICINA, op. cit. V. I, doc. 57, p. 136.

25 MONUMENTA HENRICINA, ibidem. V. I, doc. 57, p. 138.

gente estrangeira, syn outra dubda que non se yra aqui tres ommes nyn dez toneles, segund los lybros del mesmo rey²⁶.

Neste último trecho o espião nos responde de que livro ele falava anteriormente, se trata do livro do rei D. João. Por essa razão ele afirma com toda certeza essas informações que passa para D. Fernando, visto que se tratariam de informações oficiais e que seriam de confiança. No entanto, outra indagação surge. Como Ruy Diaz, oficialmente mensageiro e estrangeiro, e oficiosamente espião, conseguiu ter contato com o livro? Zurara nos dá uma possível resposta a isso. O cronista escreve o seguinte:

E mandou ao Infante Dom Henrique que se fosse à comarca da Beira e que fizesse ajuntar todos os condes e anadeis assim daquela comarca como da outra de Tralos Montes, e que, **por seus livros**, fizesse apurar toda a gente que fosse para servir, dando-lhe os **cadernos dos alardos** que já, ates disto, mandará fazer. Os quais em si tinha Gonçalo Lourenço, como dito é²⁷. (grifo nosso)

Vemos que D. João pediu que o infante D. Henrique, pelos livros do rei, fizesse a apuração das pessoas que fossem servir a ele e para isso deu ao infante os cadernos de recenseamento que estavam em posse de Gonçalo Lourenço, escrivão da Puridade do rei de Portugal. Constatamos nesse capítulo da crônica que o monarca divide algumas tarefas entre os infantes, visto que ele não poderia dar conta de fazê-las sozinho. No entanto, o que propomos é que Ruy Diaz teria conseguido o acesso a esses livros por intervenção de Gonçalo Lourenço. Ressaltamos que após Ruy Diaz entregar a carta enviada por D. Fernando para o rei de Portugal, Gonçalo Lourenço se encontra com Ruy Diaz de Vega. Segundo Avelino Costa²⁸ (1997, p.76), após a reforma administrativa ocorrida no reinado de D. Pedro I as atribuições do cargo de escrivão da puridade foram cada vez mais se alargando, inclusive aos assuntos militares. Além disso, Oliveira Marques²⁹ (1997, p.290) diz que desde meados de trezentos o escrivão da Puridade se ocupava de assuntos de maior intimidade do rei. Por fim, quem cuidava das escrituras sobre o feito era o próprio Gonçalo Lourenço pelo cargo que desempenhava e, inclusive,

26 MONUMENTA HENRICINA, ibidem. V. I, doc. 57, p. 141.

27 ZURARA, op. cit. Cap. XXIX, p. 116.

28 COSTA, Avelino de Jesus da. A chancelaria real Portuguesa e os seus registos, de 1217 a 1438. *Revista da faculdade de letras*. Porto, v. 13, p. 71-102, 1996.

29 MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Presença, 1986.

segundo a CTC, ele teria dito ao rei que sozinho não conseguiria cuidar de tudo. Zurara nos relata o seguinte:

Gonçalo Caldeira, somente, foi que leva que era escrivão da câmara de el-Rei, a que puridade deste segredo foi revelada. E isto era porque Gonçalo Lourenço escrivão da puridade, cujo criado ele fora, não podia, por si só, escrever tanta escritura, como pertencia para este feito³⁰

Portanto, existe a possibilidade de Ruy Diaz ter tido o acesso desses livros por intervenção do escrivão da puridade. Corroborando essa perspectiva, estão os argumentos de Luís Miguel Duarte, que diz que Ruy Diaz de Vega pode ter sido vítima de contrainformação e manipulação por parte de Gonçalo Lourenço³¹, e de Viana Pinto³² que afirma que Ruy Diaz teria visto somente o que queriam que ele visse, já que as informações que ele passa a D. Fernando eram oficiais.

Por último, podemos levantar outra questão, se quanto as informações sobre as frotas e tropas que seriam levadas o relatório foi marcado pela precisão, quando se trata dos destinos possíveis da armada essa certeza se esvai. O espião aragonês diz que são muitas as notícias que existem sobre o destino da armada, algumas duvidosas e outras que teriam sido asseguradas a ele.

Ao escrever para D. Fernando ele afirma que alguns dizem que vai para uma ilha chamada Svlanda, referência provavelmente a Holanda, e outros destinos citados seriam a Frísia, Jerusalém, Granada e outros. Porém, um dos destinos que com certeza nos chama a atenção é a Sicília. Dissemos que apesar de D. João e D. Filipa de Lancaster terem assegurado ao rei de Aragão que não tinham o objetivo de atacar nada que fosse dele, D. Fernando I alimentava uma dúvida sobre isso. Ruy Diaz ao falar da possibilidade de um ataque a Sicília diz o seguinte:

Otrossy, senhor, dixeronme algunas personas que erran naturales de alla et an grande merced del rey de Portugal Et que non quierem que, en esta flota, vaya com el ommes castellano. Otrossy dyzen, senhor, que, sy esto no es, que

30 ZURARA, op. cit. Cap. XXV, p. 104.

31 Viana Pinto em sua dissertação de mestrado, utilizada como referência neste artigo, cita a obra de Luís Miguel Duarte, Ceuta, 2015. 600 anos depois, na qual o autor deste livro propõe que Ruy Diaz de Vega pode ter sido vítima de manipulação e contrainformação por parte de Gonçalo Lourenço, escrivão da puridade de D. João I. Cf. Viana Pinto, op. cit. p. 52.

32 VIANA PINTO, op. cit., p. 52.

ciertamente que va Secilla, avn que vos auja segurado de non danar en cousa vuestra³³

Portanto, Ruy Diaz não descartava a possibilidade de a frota ser direcionada a Sicília, pelo contrário, esse era um dos destinos que davam como o mais certo. Além disso, vemos que novamente Ruy Diaz parece ter contato com alguém próximo do rei, pessoa que teria passado para ele a informação de que não queriam castelhanos nessa armada.

Fato é que nesse primeiro relatório o espião aragonês nem sequer fala no verdadeiro destino da frota. Ruy Diaz chega a falar de Ceuta apenas em seu segundo relatório, datado de 25 de julho, quando a frota já havia partido, no entanto, ainda não dá um destino como certo, propondo ser Ceuta ou Gibraltar o alvo, o que não o impede de concluir dizendo que nem mesmo D. João I saberia onde desarmariam.

Considerações finais

Desde o início deste artigo tentamos relacionar diplomacia e informação e propor que uma estaria intimamente ligada à outra. Como pontuamos, cada vez mais os embaixadores eram instruídos a recolherem toda e qualquer informação, e Ruy Diaz de Vega foi um exemplo dessa prática, seu detalhado relatório demonstra isso. Além disso, o espião aragonês sempre mostrou um cuidado em relatar tudo o que sabia sobre a armada de Ceuta e quando não podia ser mais preciso deixava claro que não era sua culpa. Outrossim, acreditamos que as descrições feitas sobre as embaixadas que foram enviadas tanto pelo rei de Portugal quanto pelos reinos de Castela, Granada e Aragão mostram uma dinâmica maior nas relações diplomáticas durante a construção da campanha. Porém, ao mesmo tempo expressa essa diplomacia como uma relação entre poderes e também essa diplomacia que tem como um dos fins principais a recolha de informação.

Outro ponto abordado foi o da questão de práticas de espionagem a fim de obter informação. Para isso utilizamos o caso do espião aragonês Ruy Diaz, que se manifesta igualmente na embaixada portuguesa enviada a Sicília a fim de espionar a cidade de Ceuta. No caso do espião aragonês, dissemos que ele era espião e ao mesmo

33 MONUMENTA HENRICINA., op. cit., V. I, doc. 57, p. 143.

tempo um embaixador em terras portuguesas, visto que em segredo buscava se informar de tudo o que se passava por ali e inclusive conseguindo informações oficiais.

Ademais, para finalizar, vale a pena problematizar essa busca por informação que por vezes se mostra insaciável. Vimos que recorrendo a diplomacia, muitos reinos pediam que embaixadores recolhessem informações sobre eventos. Como lembra Viana Pinto³⁴, a informação recebida antecipadamente podia representar a vitória ou a derrota, e manter-se bem informado podia traduzir-se em vantagens militares se bem utilizada essa informação. Não discordamos do autor a respeito disso, porém cabe analisar as práticas para se obter informação dentro das limitações espaciais e temporais do medievo. Isabella Lazzarini afirma que com a busca por um controle de informação, logo veio a manipulação dessa informação³⁵. Se aceitarmos que Ruy Diaz tenha sido vítima de contrainformação, como Viana Pinto cita em seu texto, esse seria um exemplo perfeito. Ao invés de ajudar, a informação serviu para o contrário. Outrossim, a autora diz que a criação de rumores foi cada vez mais utilizada por poderes que queriam disfarçar as suas intenções, e o rei de Portugal ao enviar a embaixada a Holanda propondo um desafio é exemplo disso. Segundo Zurara, o boato de que era a Holanda o destino da armada portuguesa corria por diversos cantos da Europa. Além desses boatos, temos os rumores criados pelo próprio povo e que ajudavam grandemente para confundir qualquer um que tentasse saber qual o destino da frota. Esse é o problema causado quando não se tem uma informação oficial do evento, diversos rumores e especulações surgem.

Outros elementos podem ser destacados, por exemplo, a demora existente para se entregar uma carta com informações que poderiam ser decisivas. Tomemos como exemplo o próprio caso de Ruy Diaz. Ele escreve o seu primeiro relatório em 23 de abril de 1415, e não cremos que ele tenha demorado a enviá-lo a D. Fernando. Apenas no dia 18 de maio de 1415, o rei de Aragão escreve a carta endereçada ao espião aragonês dando instruções do que ele deveria fazer. Nota-se que quase um mês depois Ruy Diaz tem uma resposta.

Por último, Ruy Diaz só consegue enviar uma carta em que propõe o destino da armada quando esta deixa Portugal. No entanto, além de não dizer com precisão o destino, a carta levaria dias para chegar até D. Fernando, se o rei de Aragão ainda tivesse dúvidas quanto ao destino da armada ser o reino da Sicília, e caso fosse esse mesmo o destino pouca coisa poderia ser feita considerando essa informação que Ruy

³⁴ VIANA PINTO, op. cit. p. 7

³⁵ LAZZARINI, op. cit. p.73.

Diaz enviaria. Portanto, a informação adquirida antecipadamente poderia representar uma vantagem. Contudo, nem sempre isso era possível. A respeito do espião aragonês, ele teve sim alguns êxitos em sua missão, mas talvez o maior segredo da armada de Ceuta ele não conseguiu descobrir. A diplomacia também tinha como um dos fins a coleta de informação, mas nem sempre a informação significou vantagem ou foi alcançada da forma que se pretendia.